



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000031-27.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Interdição**
 Impetrante: **Centro de Formação de Condutores de São Carlos Ss Ltda**
 Impetrado: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Centro de Formação de Condutores de São Carlos SS Ltda impetra mandado de segurança contra a Presidente do Processo Administrativo nº 257/2017, voltando-se contra ato da autoridade impetrada, que lhe aplicou medida acautelatória de suspensão de suas atividades, pelo prazo de 30 dias, em processo administrativo, baseada na fiscalização realizada no dia 23/11/2017, em razão de supostas irregularidades administrativas sobre aulas abertas no sistema e-CNH. Afirmar violação das garantias do contraditório e ampla defesa e, requer, em caráter liminar, seja determinada a imediata suspensão dos efeitos da medida acautelatória aplicada no referido processo administrativo.

A liminar foi deferida.

O DETRAN requereu seu ingresso no feito (fls. 67).

A autoridade coatora deixou de prestar informações.

O Ministério Público alegou que não havia interesse público a justificar a sua intervenção no feito (fls. 72).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009, admito o ingresso ao feito, do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SP como assistente litisconsorcial. Anote-se.

No mais, a ordem pleiteada merece ser concedida.

Segundo consta do documento de fls. 27, no dia 23 de novembro de 2017, às



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

8:20, a fiscalização foi ao estabelecimento da impetrante e constatou que o ônibus placa DBS 5757 deveria estar em aula prática com início às 7:40 e término previsto para as 10:10, que deveria ser ministrada pela Instrutora de Ensino Joceli da Silva Nicolau Belo, para o aluno João Patrocínio, que não estava no local, sendo que o veículo foi para lá levado, pelo proprietário e instrutor de ensino, Ariovaldo Broco Júnior, tendo sido imposta cautelarmente a medida administrativa de suspensão das atividades, pelo prazo de 30 dias.

De acordo com o artigo 37, § 1º da Resolução Contran 358/2010 e o artigo 64 da Portaria Detran/SP 101/2016, a aplicação da suspensão, que se trata de medida acautelatória, sem prévia manifestação do interessado, reclama situação de iminente risco e motivação da decisão.

No caso dos autos, a portaria (fls. 30) menciona genericamente que seria o caso de suspensão das atividades por 30 dias, quando os elementos evidenciarem o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", não motivando, especificamente, em que consistiriam, no caso em questão, estes dois elementos, que justificasse a suspensão cautelar, sendo que se imputa à impetrante um único ato em que a aula prática estaria em aberto, sem que estivesse sendo ministrada, tendo a impetrante apresentado justificativa, que deveria ser apurada em devido processo administrativo, pois há comprovação de que a instrutora estava em estado de gravidez de risco, tanto que logo depois foi afastada de suas atividades (fls. 39).

Assim, não restou evidenciada a situação de risco iminente, nem o perigo da demora, que justificassem a suspensão das atividades da impetrante, cautelarmente, antes do término no processo administrativo.

Ante o exposto, confirmada a liminar, **CONCEDO** a segurança para suspender os efeitos da decisão que aplicou a suspensão cautelar de 30 dias à impetrante, até o término definitivo do processo administrativo.

Custas e despesas na forma da lei.

Incabível condenação em honorários conforme Súmula 512 do E. Supremo Tribunal Federal e 105 do E. Superior Tribunal de Justiça e art. 25 da Lei 12.016/2009.

Nos termos do art. 14, I, da mesma lei, fica esta sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. Esgotado o prazo para recursos voluntários, remetam-se os autos ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo.

P I

São Carlos, 06 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**